

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Journal de Brasília

Class.:

Org. Ind. Lideranças

Data

02.06.90

Pg.:

483

Índio expulso quer reparação de militar

Jorge Cardoso

140 M. Cavalheiro

O subprocurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, oficiou ontem ao ministro do Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, solicitando que providencie o retorno da comunidade indígena tukano à área Pari-Cachoeira III, de onde foi retirada por tropas do Comando Militar da Amazônia, e repare os danos causados pela operação executada dia 9 de maio.

Líderes tukanos, que se encontram em Brasília, disseram que o acampamento, num garimpo próximo à fronteira do Amazonas com a Colômbia, foi queimado e que os militares metralharam seu equipamento de trabalho. Tudo resultou de um equívoco da Funai, concluiu a Procuradoria. Os líderes indígenas Alvaro Tukano, Carlos Eugênio Machado e Benedito Machado só conseguiram chegar a Brasília domingo passado, à noite. Na segunda-feira, eles entregaram documentação sobre o incidente à Procuradoria-Geral da República. Na terça, tentaram em vão contato com parlamentares do Amazonas, mas conseguiram falar com os senadores Maurício Corrêa (PDT-DF) e Severo Gomes (PMDB-SP), que obtiveram audiência com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral. Eles permanecem aqui até dispo-rem de uma "solução prática" para o caso. Ou seja: até saberem como serão indenizados e quando o exército devolverá suas terras.

Expulsão

A expulsão dos 123 índios que viviam na área de garimpo — um quadrilátero de 10 mil hectares no interior de uma reserva florestal — foi desencadeada por um equívoco da Funai, segundo o parecer da Procuradoria-Geral. Dia 9, o coronel da reserva Airton Alcântara Gomes solicitou formalmente providências para a apuração de denúncia segundo a qual 116 índios maku e tukano estariam fora da reserva indígena, "introduzindo garimpeiros brasileiros e colombianos, com graves danos para a ecologia e ameaça à segurança da fronteira". Mas a "estratégia de segurança" indígena já detectara a presença de militares na região nos primeiros dias do mês. E foi justamente na madrugada do dia 9 que chegaram ao acampamento dois capitães, 25 tenentes, sargentos e cabos, comandados por um coronel, que se identificou como Omar.

"Não nos assustamos. Pensamos que teríamos mais segurança", conta o chefe-geral da comunidade indígena do Rio Tiquié, Benedito Machado. Mas quando o coronel chegou, tinha muito pouco a dizer: acusou os índios de estarem envolvidos com contrabando de ou-

ro, narcotráfico e exploração de mulheres colombianas. E disse que o garimpo estava suspenso por prazo indeterminado. Depois disso, foi ao porto fluvial onde desembarcaram, buscar equipamento.

Metralha

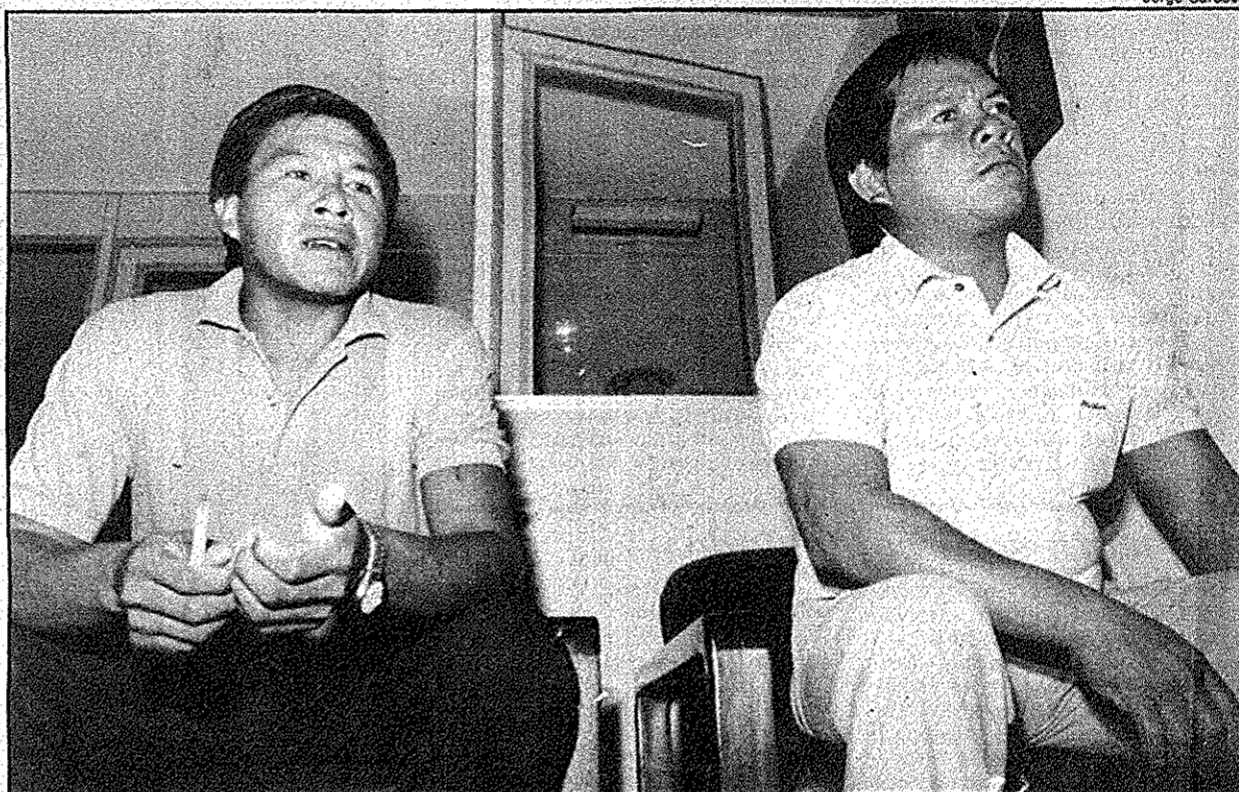
Ao retornar, o coronel soube que os índios haviam se comunicado com a sede geral das reservas Pari-Cachoeira, a 70km dali, e "não gostou". Determinou então sua imediata saída do local e disse que deveriam "esquecer que um dia aquilo ali fora terra indígena", relatou Benedito Machado. Em seguida, os militares incendiaram as cabanas, queimando até medicamentos, e metralharam o material de trabalho dos índios garimpeiros. Assustada, a comunidade começou uma longa e penosa viagem até a aldeia mais próxima: 20km por picadas na selva e trechos de rio cumpridos a nado.

Depois de tudo isto, a Procuradoria-Geral da República concluiu que a Funai desconhecera o caráter perambulador das tribos maku e o fato de que abaixo de Pari-Cachoeira III não há garimpo. Os índios, que estavam em sua área e garimpavam legalmente, negam qualquer relação com o narcotráfico e admitem haver trocado ouro por alimentos na Colômbia, há dois meses, em uma situação de emergência.

Estranheza

"Há dois meses, o rio estava seco e não podíamos ir a São Gabriel (município brasileiro mais próximo do garimpo). Estávamos sem alimentos e fomos buscar na Colômbia. Acho que o Exército acreditou que fazemos isto sempre", disse Benedito. Ele estranha, porém, esta postura, porque a própria Polícia Federal já esteve na área, em busca de plantações de cocaína. "Este nome só conhecemos agora. E só agora sabemos que se pode fazer pó. Nosso povo usava o epadu em suas cerimônias, mas nem isto acontece mais", acrescentou.

Um documento encaminhado à Procuradoria-Geral da República, a Funai e ao Ministério da Justiça, estranha também a afirmação de que os índios estariam envolvidos com guerrilheiros do movimento colombiano M-19. "Na verdade, nem sabemos o que significa esta sigla, só imaginamos que são homens ruins", afirma, para logo em seguida indagar: "As autoridades brasileiras se preocupam com terroristas do M-19, que nem no seu país conseguem o seu objetivo?" Os terroristas que há, completa o documento "são estes pistoleiros disfarçados de garimpeiros que desafiavam as leis e as autoridades constituídas. O M-19 do Brasil, o terrorismo estão bem perto de nós".



Os índios rebatem a acusação de envolvimento com contrabando de ouro e tráfico de cocaína

Jornada de fome e sofrimento

A expulsão da área de Pari Cachoeira trouxe sofrimento e tensão para os índios. Carlos Eugênio Machado, que estava no local, contou que famílias levaram uma semana e meia para chegar à aldeia mais próxima, a pé e a nado, levando crianças famintas, já que nem todos puderam carregar mantimentos suficientes. Um índio morreu, no choque de sua canoa com uma balsa do Exército, e os líderes temem ser assassinados por tukanos mais exaltados, se não obtiverem resultados práticos em sua missão.

"Isto já aconteceu antes, quando garimpeiros invadiram nossa terra", disse Benedito, com sua voz pausada e português claro. Ele teme que a insatisfação leve novamente a este extremo os mais exaltados dos 4.200 índios que lidera, em três reservas, com um total de 480 mil hectares. "Quando isto acontece, não tem Funai nem Exército. Quem arma a confusão assiste de camarote. Antes, pela nossa lei, quem matava morria também. Mas agora dizem que tem a justiça e o assassino fica solto. Sobre o retorno para a aldeia em Pari Cachoeira I, Eugênio relatou que foi, para as famílias, longa jornada de fome, com muito sofrimento e doença.

Caiapó desautoriza Raoni

Belém — O cacique txucarramae Raoni, do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso, considerado uma das principais lideranças indígenas do Brasil, foi desautorizado para falar em nome de um dos maiores grupos indígenas da Amazônia, os caiapó, que são parentes dos txucarramae. A decisão foi tomada esta semana, durante um encontro realizado na aldeia Kikretun, no sul do Pará, que reuniu 39 caciques de 12 aldeias. Foi decidido, também, que o porta-voz dos caiapó será apenas o cacique Tutu Pombo, da aldeia Kikretun, considerado o cacique mais aberto ao contato com as frentes econômicas.

Durante o encontro, os caciques caiapó criticaram o posicionamento que Raoni vem tendo durante as viagens que tem feito, pelo Brasil e pelo exterior, muitas delas em companhia do roqueiro Sting, para a formação da Fundação Mata Virgem, colocando-se contrário a acordos entre índios e brancos para a exploração dos recursos naturais existentes nas reservas indígenas. Os caiapó não concordam também com a posição de Raoni contra a Funai e aproveitaram o encontro para redigir um documento que enviarão ao presidente Fernando Collor de Mello, em quem muitos deles votaram, ano passado, pedindo não

apenas a manutenção da Funai, como a adoção de medidas que fortaleçam o órgão.

Os caiapó têm mais de 3.000 índios no Pará e ocupam a segunda maior reserva indígena da Amazônia, com 3,2 milhões de hectares, menor apenas que a reserva dos Yanomami.

Tutu Pombo tornou-se o primeiro cacique caiapó a viver apenas de renda, graças a acordos feitos com garimpeiros e madeireiros para a exploração do ouro e da madeira de lei que existem em grande quantidade dentro da reserva. Pombo cobra uma taxa pela exploração desses recursos.

Givaldo Barbosa 12.05.90



Raoni faz críticas à Funai